



XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 – Inclusão e pertencimento

Práticas educativas integradas no curso de Biblioteconomia EaD da UFAM: inclusão e pertencimento de grupos minoritários

*Integrated Educational Practices in the UFAM Distance Learning Library Science
Program: Inclusion and Belonging of Minority Groups*

Catarina Maria Ramalho Xavier – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
cmrxcacmr@gmail.com

Gracy Ane Souza Soares – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
gsoares@ufam.edu.br

Flaviano Lima de Queiroz – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
flima@ufam.edu.br

Cleonice Neves Farias – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
cleonevesfarias@gmail.com

Diógenes José Gusmão Coutinho – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) –
gusmaodiogenes@gmail.com

Resumo: O artigo analisa as práticas educativas integradas previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia EaD da UFAM, com foco nos conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. A pesquisa, de caráter documental e fundamentada na análise de conteúdo, identificou que o curso busca articular formação técnica e compromisso social. Os resultados apontam a valorização da diversidade e a promoção da cidadania como elementos estruturantes da proposta pedagógica. Conclui-se que o PPC assume a sustentabilidade, a inclusão e os direitos humanos como eixos para a formação de bibliotecários socialmente responsáveis.

Palavras-chave: Educação Superior. Biblioteconomia. Diversidade Étnico-Racial. Direitos Humanos. Sustentabilidade.





Abstract: This article analyzes the integrated educational practices set out in the Pedagogical Project of the UFAM Distance Learning Library Science Course, focusing on ethnic-racial relations, human rights and environmental education. Based on documentary research and content analysis, the study identified efforts to combine technical training and social commitment. The results highlight diversity and citizenship as structuring elements. It is concluded that the curriculum incorporates sustainability, inclusion and human rights as central axes for the training of socially responsible librarians.

Keywords: Higher Education. Library Science. Ethnic-Racial Diversity. Human Rights. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do ensino superior brasileiro, os desafios impostos pelas demandas contemporâneas exigem das instituições de ensino não apenas a transmissão de saberes técnicos, mas também a construção de currículos que dialoguem com as questões sociais. Nesta perspectiva, o termo “questões sociais” é compreendido de forma ampla, abrangendo problemáticas de ordem social, cultural e ambiental que impactam a vida em comunidade e exigem respostas formativas comprometidas com a transformação social. Diferentemente do conceito singular de *questão social*, historicamente vinculado à relação capital–trabalho e às desigualdades estruturais dela decorrentes, aqui se adota uma concepção plural que engloba múltiplas dimensões da vida coletiva, reconhecendo a interdependência entre fatores econômicos, culturais, educacionais e ambientais (Iamamoto, 2008). Nesse cenário, a formação em Biblioteconomia adquire novas configurações, especialmente quando ofertada na modalidade a distância, contexto em que se ampliam tanto as possibilidades de democratização do acesso ao ensino quanto as responsabilidades pedagógicas voltadas para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo e socialmente comprometido (Dias, 2018).

Entre os diversos papéis atribuídos ao bibliotecário contemporâneo, destaca-se sua atuação como mediador de informações em sociedades marcadas por desigualdades históricas. Neste sentido, torna-se imperativo que sua formação contemple práticas educativas que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial, promovam a cultura dos direitos humanos e incorporem a sustentabilidade como princípio transversal. Estas dimensões, longe de configurarem-se como conteúdos periféricos, assumem centralidade no projeto formativo, sendo fundamentais para a



construção de uma atuação profissional ética e alinhada às necessidades sociais (Caprini, 2016; Silva *et al.*, 2016).

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia EaD da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

<https://drive.google.com/file/d/1wUuOggbOrB4w4DwfKSYN2An8zOiCYCSw/view>

propõe, como parte de suas práticas educativas integradas, a inserção obrigatória de conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, à Educação em Direitos Humanos e à Educação Ambiental. Essa proposta reflete a compreensão institucional de que a formação superior deve ir além da dimensão técnica, incorporando valores que favoreçam o pertencimento e a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma pesquisa documental qualitativa, as práticas educativas integradas previstas no PPC do curso em questão, buscando compreender de que modo tais diretrizes se articulam com as políticas educacionais e com as contribuições da literatura especializada. Ao longo do estudo, serão discutidas as estratégias formativas adotadas e seus potenciais para promover a inclusão, a cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e sustentável entre os futuros profissionais da Biblioteconomia.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e de caráter documental, desenvolvido a partir da análise sistemática do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia – Modalidade a Distância da UFAM, disponível publicamente no site institucional da instituição e datado de 2020 (Brasil, 2020). O documento constitui a principal fonte para a investigação das práticas educativas integradas no curso e sua articulação com processos de inclusão e pertencimento de grupos minoritários no contexto da educação superior a distância.

A pesquisa documental é entendida, conforme Gil (2008), como aquela que se vale de materiais já elaborados, que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado sob a ótica do problema de pesquisa proposto. Assim, o Projeto



Pedagógico foi lido e interpretado à luz dos objetivos do estudo, a partir de categorias temáticas relacionadas a inclusão, diversidade e pertencimento.

O foco da análise recaiu, especialmente, sobre as seções do documento que tratam dos conteúdos das Práticas Educativas Integradas (item 2.4 do PPC), bem como sobre a caracterização metodológica do curso, os objetivos do projeto pedagógico, o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas e as estratégias de ensino-aprendizagem previstas. Dentre os conteúdos integradores destacados no PPC, foram de especial interesse para esta pesquisa as abordagens obrigatórias e transversais que contemplam: Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Educação em Direitos Humanos; e Educação Ambiental.

A análise seguiu o método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), que se mostrou adequado para a categorização e interpretação de elementos discursivos e normativos presentes no documento oficial. A partir da identificação das unidades de registro e de significado, as informações foram organizadas em eixos interpretativos que permitiram discutir o papel das práticas educativas no fortalecimento da inclusão e do pertencimento de estudantes pertencentes a grupos minoritários. O estudo não envolveu coleta de dados junto a pessoas ou grupos sociais, concentrando-se exclusivamente em fontes institucionais e de domínio público, o que dispensa, portanto, submissão prévia a comitês de ética.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do PPC EaD da UFAM, especialmente do item “Conteúdos das Práticas Educativas Integradas”, revelou a incorporação de conteúdos obrigatórios que visam garantir a formação crítica e cidadã dos discentes, com ênfase na promoção da diversidade e da inclusão. Tais conteúdos se distribuem em quatro grandes eixos temáticos, os quais foram organizados em categorias conforme a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que preconiza as fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.



3.1 Categoria 1: Promoção da Diversidade Étnico-Racial

O PPC incorpora, como prática educativa integrada e obrigatória, a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Esta diretriz busca não apenas garantir o cumprimento das legislações pertinentes — como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 —, mas também estabelecer uma proposta formativa pautada no reconhecimento e valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e indígenas.

No processo de análise de conteúdo, foram identificadas unidades de sentido que reforçam a centralidade dessa temática para o curso, destacando-se a consolidação da democracia e o combate ao racismo, a produção e divulgação de conhecimentos sobre a pluralidade étnico-racial e a valorização da identidade e do pertencimento dos sujeitos.

O compromisso com a diversidade étnico-racial figura no PPC não apenas como adequação legal, mas como uma diretriz formativa essencial. A obrigatoriedade da abordagem sobre as relações étnico-raciais e o ensino de culturas afro-brasileira, africana e indígena, prevista como conteúdo integrado, sinaliza uma tentativa de romper com práticas acadêmicas historicamente excludentes. Esta concepção dialoga diretamente com Caprini (2016), para quem a educação voltada à diversidade deve ser compreendida como espaço estratégico para a desconstrução de preconceitos e para o reconhecimento das diferentes identidades que compõem o tecido social brasileiro.

No entanto, transformar diretrizes em experiências pedagógicas efetivas demanda mais do que previsão em documentos institucionais. Conforme destacam Catanante e Dias (2017), inserir a temática étnico-racial no cotidiano escolar exige atuação intencional dos agentes educativos e suporte institucional capaz de viabilizar a formação crítica e continuada dos docentes. No PPC da UFAM, essa articulação se manifesta na previsão de espaços de diálogo, como os Seminários Temáticos, nos quais tais discussões são tratadas como indissociáveis da formação profissional e cidadã dos discentes.

Ao mesmo tempo, Gonzaga (2017), ao refletir sobre a gestão universitária e políticas afirmativas, alerta que, em muitas instituições, a presença de conteúdos sobre diversidade, embora importante, não garante por si só a superação do racismo



institucional. Ela evidencia que ainda é comum a existência de ações fragmentadas e reativas diante das demandas trazidas pelos estudantes negros. Nesse sentido, o curso da UFAM parece buscar um caminho distinto ao integrar a temática de modo transversal, visando não apenas ao cumprimento das políticas públicas, mas à construção de uma cultura institucional antirracista.

Esta perspectiva se fortalece com Martins e Pimenta (2020), que ressaltam a necessidade de uma pedagogia que, além de abordar as relações étnico-raciais, promova a emancipação e a crítica às assimetrias presentes no espaço escolar e acadêmico. A proposta do PPC, ao incluir obrigatoriamente tais conteúdos na formação dos bibliotecários, reconhece a urgência de superar a mera reprodução de saberes eurocentrados, estimulando reflexões que valorizem a pluralidade e desconstruam práticas discriminatórias ainda naturalizadas.

Complementando essa análise, Santos e Valério (2018) apontam que o bibliotecário, enquanto mediador do acesso à informação, deve ser preparado para organizar e difundir conteúdos que atendam de forma equitativa a públicos diversos. Essa visão confere sentido à escolha do curso por tornar obrigatória a abordagem da diversidade étnico-racial, entendendo que a formação desse profissional transcende o domínio técnico, implicando responsabilidade ética e política diante dos desafios informacionais contemporâneos.

Por fim, Martarello e Conceição (2024) oferecem uma lente que amplia o debate ao considerarem que a diversidade étnico-racial não deve ser vista apenas como imposição normativa ou demanda social, mas como fator que potencializa inovação, criatividade e resolução de problemas — elementos fundamentais em ambientes acadêmicos e profissionais. Quando o PPC da UFAM elege a diversidade como conteúdo central em suas práticas integradas, alinha-se a essa concepção, reconhecendo que a inclusão é também condição para um fazer bibliotecário mais relevante, dinâmico e conectado com a realidade multicultural do país.

3.2 Categoria 2: Formação para a Cidadania e Direitos Humanos

Outro eixo central refere-se à inserção da Educação em Direitos Humanos como prática educativa permanente e transversal. De acordo com o documento, esta diretriz tem como objetivo consolidar uma formação que contribua para a transformação social,



alinhando-se às orientações estabelecidas em diretrizes nacionais específicas, como a Resolução CNE/CP nº 1/2012.

A análise do conteúdo revelou unidades de sentido que evidenciam o compromisso do curso com esta temática, destacando-se a promoção de valores éticos e sociais, o estímulo à participação cidadã e à reflexão crítica, bem como a inserção transversal do tema no currículo.

A Educação em Direitos Humanos, prevista como conteúdo transversal no PPC, não surge apenas como cumprimento de diretrizes nacionais. Sua inserção revela uma compreensão mais ampla sobre o papel social da universidade. Conforme ressaltam Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018), a universidade pública é desafiada a incorporar a EDH como compromisso social, indo além da mera formalidade e tornando-se espaço de democratização do conhecimento e de enfrentamento das desigualdades. Nesse sentido, a proposta do curso, ao tratar a temática de forma obrigatória e contínua, alinha-se à concepção de que a formação cidadã deve atravessar todas as dimensões do ensino superior.

Tal compromisso com a transformação social é ainda mais evidente quando se observa a intencionalidade expressa no PPC ao integrar a EDH às práticas educativas integradas. Oliveira e Queiroz (2018) sustentam que, ao estruturar disciplinas sob essa perspectiva, favorece-se a reflexão crítica dos discentes sobre seu papel como agentes socioculturais e políticos. Na proposta do curso, os estudantes são convocados não apenas a conhecer os direitos humanos, mas a compreendê-los como parte constitutiva de sua futura prática profissional, incorporando-os ao cotidiano bibliotecário de maneira ética e transformadora.

Essa postura dialógica e crítica é também defendida por Guedes, Silva e Garcia (2017), que afirmam que a inserção da EDH nos projetos político-pedagógicos deve ser fruto de construção coletiva e visar ao fortalecimento da dignidade e da participação democrática. Ao prever a temática de forma transversal, o curso da UFAM parece ecoar esta orientação, propondo que os futuros bibliotecários não sejam apenas técnicos, mas sujeitos de direito capacitados a atuar na defesa da cidadania e na promoção de ambientes mais inclusivos.

Em um cenário de instabilidades e precarização do ensino superior, como aponta Dias (2018), a universidade precisa reafirmar sua centralidade como espaço de formação



humana integral. Para este autor, garantir o acesso ao conhecimento e estimular o pensamento crítico e autônomo são desafios inescapáveis diante das ameaças à democracia e da naturalização das desigualdades sociais. Assim, ao incluir a Educação em Direitos Humanos como parte constitutiva da formação, o PPC demonstra um posicionamento político-pedagógico que resiste à lógica do ensino meramente instrumental e reafirma a universidade como território de esperança e emancipação.

Nesse contexto, Silva et al. (2016) reforçam que a formação superior voltada para a cidadania e os direitos humanos deve se pautar pela valorização da diversidade, pela promoção do respeito mútuo e pela superação de posturas discriminatórias. O PPC, ao tratar a EDH de maneira transversal, evidencia essa preocupação ao garantir que o debate sobre os direitos fundamentais perpassará diversas disciplinas e espaços de aprendizagem.

3.3 Categoria 3: Conscientização Ambiental e Sustentabilidade

A prática da Educação Ambiental evidencia a preocupação institucional com a formação de bibliotecários conscientes e engajados com as questões ecológicas contemporâneas. O documento destaca que essa temática é considerada "essencial" e possui respaldo em legislação específica, notadamente a Lei nº 9.795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

No processo de análise de conteúdo, emergiram unidades de sentido que refletem a intencionalidade pedagógica do curso, entre as quais se destacam a sensibilização para a sustentabilidade, a integração da temática ambiental em diferentes componentes curriculares e a formação de uma consciência crítica voltada para a preservação do meio ambiente.

O compromisso com a sustentabilidade, como prática educativa integrada e contínua, aparece de forma destacada no PPC. Ao prever a Educação Ambiental como conteúdo transversal e essencial, o curso assume uma postura alinhada às diretrizes da Lei nº 9.795/1999, o que vai ao encontro da necessidade de inserir essa temática em todos os níveis do ensino superior. Alencar e Barbosa (2018) sustentam que, embora a PNEA tenha consolidado a Educação Ambiental como direito e dever coletivo, sua implementação nas universidades ainda carece de efetividade. Nesse sentido, a previsão normativa do PPC representa um avanço institucional que visa garantir o



acesso dos discentes a reflexões sobre o papel do bibliotecário diante da crise ambiental global.

Tal inserção no currículo do curso reforça a compreensão de que a sustentabilidade não é um conceito restrito ao meio ambiente natural, mas um princípio que abrange dimensões sociais, econômicas e culturais. Calegari e Oliveira (2017), ao investigarem a presença da sustentabilidade em cursos de *design* nas instituições federais, evidenciam a tendência de tratar a temática não apenas sob o viés ecológico, mas como um elemento essencial para a formação ética e cidadã dos estudantes. Essa visão amplia-se ao considerar que profissionais, independentemente da área, devem estar capacitados a tomar decisões que respeitem os limites do planeta e promovam o bem-estar coletivo.

No caso do curso da UFAM, ao abordar a Educação Ambiental de forma transversal e vinculada às práticas integradas, o PPC contribui para uma formação que ultrapassa o viés instrumental e técnico. Essa proposta dialoga com Rocha, Pfitscher e Carvalho (2015), que demonstram em seus estudos sobre instituições públicas de ensino superior que a inclusão de ações e reflexões ambientais nas rotinas acadêmicas permite sensibilizar a comunidade universitária e integrar a sustentabilidade como valor organizacional e educacional.

Além disso, Marcuz Junior *et al.* (2020), ao analisarem a produção científica sobre sustentabilidade em instituições públicas de ensino superior, destacam que a adoção de práticas sustentáveis no ambiente universitário vai além do atendimento a legislações e se torna parte da cultura institucional. Isso se manifesta no PPC da UFAM ao propor a integração da Educação Ambiental com outras dimensões formativas, como ensino, pesquisa e extensão. Dessa maneira, a universidade reforça seu papel social, contribuindo para a formação de bibliotecários comprometidos com práticas profissionais que respeitam a diversidade ambiental e que são capazes de atuar como agentes transformadores em seus contextos de atuação.

Sob outra perspectiva, Zanella, Krüger e Barichello (2019) apontam que, no ensino superior, a sensibilização para a sustentabilidade ainda é desafiadora e, por vezes, limitada a ações isoladas. Ao prever a Educação Ambiental como conteúdo permanente e presente em diversos componentes curriculares, o PPC do curso de



Biblioteconomia EaD busca justamente evitar essa fragmentação, promovendo a construção de uma consciência crítica e sustentável entre os discentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia EaD da UFAM, especialmente no que tange aos conteúdos das práticas educativas integradas, permitiu identificar um movimento institucional relevante no sentido de incorporar, de maneira transversal e obrigatória, temáticas que dialogam com os desafios contemporâneos da educação superior e da sociedade em geral. A inclusão das discussões sobre relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental no currículo do curso demonstra um compromisso com a formação crítica, cidadã e socialmente referenciada dos futuros bibliotecários.

Os dados extraídos do documento analisado revelam que tais práticas educativas buscam superar a abordagem meramente técnica e normativa das diretrizes legais, aproximando-se de uma proposta que visa formar profissionais capazes de atuar de forma ética, responsável e inclusiva. A literatura examinada reforça a importância dessa abordagem, destacando que a universidade, enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento, deve assumir a responsabilidade de contribuir para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nesse sentido, as práticas educativas integradas previstas no PPC do curso dialogam diretamente com uma concepção ampliada e crítica da Ciência Aberta, compreendida não apenas em seu aspecto técnico-operacional, mas também como um compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento, a redução das desigualdades e a construção de uma ciência inclusiva e socialmente referenciada. Ao promover a diversidade étnico-racial, a educação em direitos humanos e a sustentabilidade como eixos formativos, o curso reforça dimensões políticas e epistêmicas muitas vezes negligenciadas em abordagens estritamente tecnicistas, reafirmando que a abertura do conhecimento deve estar ancorada em princípios de justiça social e participação equitativa de diferentes grupos na produção e no usufruto da informação.



No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. Por tratar-se de uma análise documental, não foram considerados aspectos da aplicação prática dessas diretrizes pedagógicas, tais como a percepção de estudantes, professores e gestores sobre a efetividade das ações propostas, nem as possíveis dificuldades encontradas em sua implementação cotidiana. Desse modo, as conclusões aqui apresentadas se restringem ao que está oficialmente previsto no Projeto Pedagógico do Curso. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da investigação para além do campo documental, com a realização de pesquisas empíricas que envolvam os sujeitos diretamente implicados no processo formativo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Layana Dantas; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. Educação ambiental no ensino superior: ditames da política nacional de educação ambiental. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 229-256, 2018. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/5259>. Acesso em: 1 maio 2025.

BARDIN, Laurence *et al.* **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Faculdade de Informação e Comunicação. Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia - Modalidade à Distância. Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <https://ced.ufam.edu.br/graduacao/158-bacharelado-em-biblioteconomia>. Acesso em: 01 maio 2025.

CALEGARI, Eliana Paula; DE OLIVEIRA, Branca Freitas. A sustentabilidade no ensino de design em instituições federais de ensino superior no Brasil. **Mix Sustentável**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 109-124, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/246219>. Acesso em: 1 maio 2025.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Educação e diversidade étnico-racial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gC6SDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1929&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+e+Diversidade+%C3%89tnico-Racial+&ots=N_bi6mvBeV&sig=HxY2jt3wxy4Zd2_a_zMy8tROUeg#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 1 maio 2025.

CATANANTE, Bartolina Ramalho; DIAS, Lucimar Rosa. A coordenação pedagógica, a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio. **Educar em Revista**, Curitiba, n. spe. 1, p. 103-113, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7bzpsVkpWch9vdrFpWTSxBK/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.



DIAS, José. Universidade em tempos de precarização e incertezas. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 736-753, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/Vg74vx8NWmd97r75WF59njH/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

DIBBERN, Thais Aparecida; CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 34, p. e176658, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VPfPJq8H5MxHRw4wfx3MGLx/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONZAGA, Yone Maria. **Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas**: o caso da UFMG. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQQMYK>. Acesso em: 1 maio 2025.

GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Ângela Maria Ferreira da; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 98, n. 250, p. 580-595, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000300580&script=sci_abstract. Acesso em: 1 maio 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUZ JUNIOR, Maucir *et al.* Sustentabilidade no setor público brasileiro e nas instituições públicas de ensino superior: análise da produção científica em periódicos nacionais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 183-198, 2020. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2020.003.0013>. Acesso em: 1 maio 2025.

MARTARELLO, Rafael Almeida; CONCEIÇÃO, Isabela Julia Souza. Diversidade étnico-racial como moderadora para a vantagem competitiva organizacional: uma revisão bibliográfica da literatura brasileira. **ID on line. Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 18, n. 70, p. 138-157, 2024. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3943>. Acesso em: 1 maio 2025.

MARTINS, Elcimar Simão; PIMENTA, Selma Garrido. Diversidade étnico-racial, formação e trabalho docente: (as) simetrias do tempo presente. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 11, p. e020014, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/9036>. Acesso em: 1 maio 2025.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Gloria Regina Pessoa Campello. A formação de professores de ciências a partir de uma perspectiva de Educação em



Direitos Humanos: uma pesquisa-ação. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 355-373, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vBmCC5YHw7KgNBQ5vsGZRBG/?lang=pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

ROCHA, Stephanie Kalyinka; PFITSCHER, Elisete Dahmer; DE CARVALHO, Fernando Nitz. Sustentabilidade ambiental: estudo em uma instituição de ensino superior pública catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 46-58, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471647050004>. Acesso em: 1 maio 2025.

SANTOS, Raimunda Fernanda; VALÉRIO, Erinaldo Dias. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do(a) bibliotecário(a). **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, p. 14-23, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/121>. Acesso em: 1 maio 2025.

SILVA, Aida Maria Monteiro et al. **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez Editora, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8MmWBQAAQBAJ>. Acesso em: 1 maio 2025.

ZANELLA, Cleunice; KRÜGER, Silvana Dalmutt; BARICHELO, Rodrigo. Sustentabilidade: uma abordagem das percepções de professores do ensino superior. **Revista de Administração IMED**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 73-93, 2019. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/3499>. Acesso em: 1 maio 2025.